

ONU: patentes prejudicariam países pobres

Relatório propõe discutir prazo menor para duração das licenças e até quebra da exclusividade em alguns casos

• BRASÍLIA. Até que ponto o direito das empresas de produzir com exclusividade medicamentos novos e mais eficientes prejudica a qualidade de vida das populações, em especial nos países mais pobres? Essa questão é abordada pelo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o desenvolvimento humano, divulgado ontem, abordando ainda a questão das patentes dos produtos farmacêuticos.

"Estarão os interesses da sociedade devidamente protegidos?" pergunta o relatório.

A ONU está lançando um de-

bate que contraria os interesses dos grandes laboratórios. As propostas são de discutir prazo menor para duração das patentes e até quebra da exclusividade em alguns casos.

Os benefícios são descritos no relatório divulgado. Em 1998, por exemplo, 150 miligramas de fluconazol, remédio contra a Aids, custavam US\$ 55 na Índia, que fabricava o medicamento. Na vizinha Malásia custava US\$ 697 e na Indonésia, US\$ 703. As cláusulas do acordo colocam entraves às políticas públicas de saúde, afirma o texto da ONU.

O acordo sobre patentes foi um dos pilares das negociações internacionais que deram origem à Organização Mundial do Comércio (OMC). Garante o direito de propriedade intelectual às empresas que desenvolvem novos produtos. O problema, relata o representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, José Carlos Libânio, é que 95% das patentes de alta tecnologia são de empresas de apenas dez países desenvolvidos.

A lei brasileira sobre patentes abriu uma brecha que per-

mite a suspensão compulsória da licença exclusiva de patente e ainda obriga a empresa a revelar a fórmula de seu produto em caso de desabastecimento ou outro motivo de interesse público.

Serra se mostra simpático à iniciativa da ONU

O ministro da Saúde, José Serra, demonstrou ontem simpatia pela iniciativa da ONU.

— Se houver uma flexibilização (de prazos e licenças) sou totalmente favorável. Isso é muito positivo — afirmou.

Serra comentou a melhora

do Brasil no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ressaltou a redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida como pontos positivos na sua área. Reconheceu que em geral a situação ainda é insatisfatória e que há muito a ser feito, mas que os dados demonstram melhora.

— Não estou dizendo que a situação é gloriosa, mas também não custa às vezes deixar de lado o esporte da auto-flagelação e do catastrofismo. O Brasil melhorou — disse o ministro da Saúde.

Mesmo nos dados apresentados pelo relatório como estatísticos, também houve avanços, segundo Serra. O problema, diz, é que foram repetidos dados de anos anteriores. Em relação ao sarampo, por exemplo, o ministro reagiu com indignação às especulações de que a doença teria aumentado no país:

— Só algum débil mental pode dizer isso. Os casos de sarampo no ano passado chegaram a aproximadamente 800 e este ano não chegaram a 30. É preciso ser muito débil mental para dizer que piorou. ■

Desenvolvimento humano deve melhorar no país

Distorções causadas pela desvalorização do real deverão ser anuladas pela metodologia da ONU

• BRASÍLIA e RIO. Apesar da desvalorização cambial que fez o Produto Interno Bruto (PIB) per capita nacional cair um terço entre 1998 e 99, o Brasil deve melhorar sua posição no próximo ranking de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU). Além de o país estar melhorando a cada ano seus indicadores educacionais, a renda per capita usada no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) toma por base o critério de paridade do poder de compra, que anula distorções causadas pela variação cambial.

A ONU divulgou na terça-feira o relatório de 2000, que se baseia em indicadores socioeconômicos de 174 países em 98.

Brasil passou de 79º para 74º no 'ranking' da ONU

O Brasil passou de 79º para 74º na lista. Está entre as nações de médio desenvolvimento humano, atrás de Argentina, Chile e Uruguai, vizinhos latinos de alto IDH.

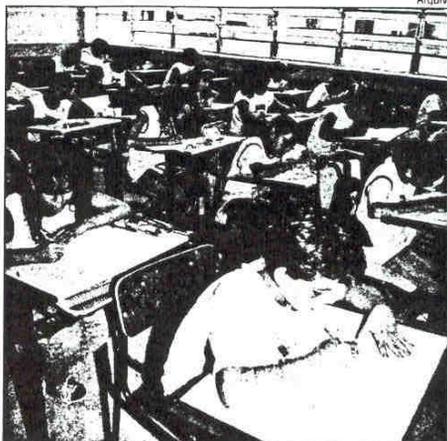
— Eu me arrisco a dizer mesmo com a desvalorização, o IDH do Brasil vai aumentar. Há tendência de melhoria nos dados sobre educa-

ção e, também, no ranking — afirma o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Neri salienta que o IDH será pouco influenciado pelos efeitos contábeis da desvalorização do real. O critério de paridade do poder de compra (ou PPP, do inglês Purchasing Power Parity) leva em conta a variação da renda em moeda nacional. Os brasileiros tiveram perda real de rendimentos em 99, mas a queda ficou longe dos 32% de desvalorização frente ao dólar — a inflação foi de 8,94%.

Gregori não vê motivos para o país comemorar

O próprio relatório divulgado anteontem pela ONU dá uma pista sobre a questão. A renda per capita nacional em PPP foi de US\$ 6.625 em 98. O resultado é quase 40% maior que o PIB per capita convertido pela cotação média do dólar naquele ano. Isso ocorre porque a ONU analisa o valor de uma cesta de bens e serviços nos diferentes países, como se todo o mundo tivesse uma só moeda. Como o custo de vida no Brasil é menor, por



MAIS ALUNOS nas salas de aula: avanços na educação melhoraram IDH

exemplo, o dólar aqui compra mais do que nos EUA. E a renda parece maior, independentemente da variação cambial.

O ministro da Justiça, José Gregori, não vê razão para o Brasil comemorar a melhoria do país no ranking do Desenvolvimento Humano. A melhoria foi atribuída, sobretudo, ao

desempenho do ensino fundamental. Ainda assim, o país está longe dos níveis dos países desenvolvidos.

— Os números não trazem euforia para o país, mas também não apresentam decepção. Eles mostram que o Brasil está no rumo certo — disse Gregori.

O Índice de Desenvolvimento Humano é analisado a partir de três aspectos básicos da população: renda, educação e saúde. No caso do Brasil, os dados estatísticos da educação, no ano de 1998, determinaram a elevação dos índices. O aumento de matrículas escolares no ensino fundamental, médio e superior foi apontado como o fator responsável pela melhoria.

Ministro destaca avanços em direitos humanos

Gregori destacou o trabalho que vem sendo realizado pelo Governo na implantação do Programa Nacional de Direitos Humanos.

O ministro salientou que o trabalho do Governo nesta área está incorporado aos índices divulgados. O ministro reconheceu, todavia, que ainda há muito a ser feito no Brasil em matéria de direitos.

— O relatório contribuiu para acertarmos nossa postura — observou.

Segundo o ministro, o momento é de intensificar os esforços para disseminar a importância dos direitos humanos como uma das molas do crescimento econômico. ■

Diminuição da pobreza ainda é lenta no Brasil

País caiu da 19ª para a 21ª posição no 'ranking' do IPH

• BRASÍLIA. O Brasil avançou muito lentamente na redução da pobreza e da concentração de renda, de 1997 para 1998, segundo a pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O Brasil acabou caindo no ranking mundial, da 19ª posição para a 21ª, entre 174 países. O Índice de Pobreza Humana (IPH) mostra que, apesar de a parcela pobre da população ter passado de 15,8% para 15,6%, outros países tiveram evolução mais rápida.

O IPH registra as limitações da sociedade e como esses fatores afetam a vida da população. O Pnud reconhece que os dados para composição do Índice de Pobreza não são precisos para todos os países, levando a dificuldades na confecção do ranking mundial. O presidente da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Borges Martins, observa, por exemplo, que o índice da população brasileira com acesso a água potável usado este ano (24%) foi o mesmo de 1999. ■